



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006814-40.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário**
 Requerente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**
 Requerido: **Silverio Guazzelli Donatti**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Ressarcimento ao Erário Municipal, proposta pelo **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, em face de **SILVÉRIO GUAZZELLI DONATTI**, sob o fundamento de que ele recebeu, indevidamente, um mês de salário e adicional de insalubridade em período em que não mais trabalhava em atividade insalubre.

O requerido apresentou contestação, na qual sustenta, em síntese: **I)** em preliminar, exceção de incompetência absoluta, pois competiria à Justiça do Trabalho processar e julgar controvérsias decorrentes da relações de trabalho do servidor celetista; que as pretensões estão prescritas e coisa julgada em relação ao adicional de insalubridade, cujo direito a ele foi reconhecido na esfera trabalhista. **II)** No mérito, sustenta erro no cálculo do débito, com utilização de índices indevidos e que não agiu de má-fé, devendo ser aplicado o princípio da irrepetibilidade, diante o erro operacional da máquina, não havendo que se falar em enriquecimento sem causa.

Houve réplica.

É o relatório.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O processo pode ser julgado no estado em que se encontra, sobretudo porquanto desnecessária a produção de outras provas para convencimento judicial sobre a questão (artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil).

Afasto a preliminar de incompetência absoluta da Justiça Comum alegada pelo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

requerido, pois, no presente caso, não se discute relação de trabalho, mas sim um ato administrativo.

No tocante à prescrição, não tratando a hipótese de ato de improbidade administrativa, não há que se falar em imprescritibilidade do direito postulado. Dessa forma, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de ser aplicável o prazo prescricional de cinco anos, previsto no Decreto nº 20.910/32, para a cobrança das dívidas ativas não tributárias, como a do caso em exame, a fim de se resguardar o tratamento isonômico entre administrados e Administração Pública, além de observar os princípios da segurança e da estabilidade das relações jurídicas, no sentido de impedir que a invocação de direitos perdure infinitamente, já que a regra é a prescritibilidade dos direitos.

Tendo em vista que a controvérsia baseia-se em recebimento indevido de pagamentos, ocorridos nos anos de 2012 e de 2006 a 2007, tendo a ação sido ajuizada em 2015, forçoso reconhecer a prescrição quanto ao pleito de ressarcimento dos valores pagos a título de adicional de insalubridade.

Por outro lado, não obstante a Administração tenha experimentado um prejuízo em face do erro em comento, este ônus não pode ser suportado pelo requerido, que de nenhuma forma concorreu para a sua realização, mesmo porque a percepção dos valores em questão decorreu de erro da própria Administração.

O entendimento majoritário da Jurisprudência, é no sentido de que a Administração Pública, por errônea interpretação ou má aplicação da lei, não pode exigir o ressarcimento contra aqueles que perceberam determinada vantagem de absoluta boa fé.

Neste sentido:

”AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. PAGAMENTO INDEVIDO. RECEBIMENTO DE BOA-FÉ. RESTITUIÇÃO DE VALORES. IMPOSSIBILIDADE. - Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não ser devida a restituição de valores pagos indevidamente a servidores de boa-fé, com base em interpretação errônea, má aplicação da lei, ou equívoco da Administração”. (AgRg no REsp 896.726/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

18/11/2008, DJe 09/12/2008).

“Servidor público inativo. VPNI. Valores recebidos por interpretação errônea, má aplicação da lei ou equívoco da administração. Restituição ao erário. Descabimento. Verba de natureza alimentar recebida de boa-fé. Agravo regimental improvido”. STJ (AgRg no REsp 875.487/RS, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEXTA TURMA, julgado em 25/06/2009, DJe 05/10).

Também neste sentido, já se posicionou o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

MANDADO DE SEGURANÇA. Policial Militar. Bonificação por resultado. Frequência em curso oficial que deve ser computada para fins de concessão da vantagem. Inteligência do Decreto Estadual nº 54.911/09. Verba alimentar. Presunção de boa fé no recebimento, não elidida nos autos. Recebimento de verbas alimentares por beneficiário de boa-fé não enseja restituição. Precedentes deste E. TJ e do C. STJ. Sentença procedente. Recurso voluntário e reexame necessário parcialmente providos, apenas quanto aos juros de mora, com determinação quanto à correção monetária; mantida a concessão parcial da ordem. (Relator(a): Heloísa Martins Mimessi; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 5ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 29/09/2016; Data de registro: 29/09/2016).

Vê-se, pois, que o critério adotado pelos Tribunais Superiores para determinar a restituição dos valores recebidos a maior é a comprovação da má-fé. Ressalte-se que a boa-fé se presume, e a má-fé deve ser provada.

Nessa mesma linha, o Excelso Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do MS 256.641/DF, assentou posicionamento no sentido de que não se pode exigir a restituição quando houver “presença de boa-fé do servidor; ausência, por parte do servidor, de influência ou interferência para a concessão da vantagem impugnada; existência de dúvida plausível sobre a interpretação, validade ou incidência, no momento da edição do ato que autorizou o pagamento da vantagem impugnada; interpretação razoável, embora errônea, da lei pela Administração”.

No caso em questão, não tendo sido demonstrada a má-fé, presume-se a boa fé, impondo-se a improcedência do pedido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial de ressarcimento do salário do mês de março de 2012, e, por conseguinte, EXTINTO o feito, com a apreciação do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Por outro lado, quanto ao pedido de restituição do adicional de insalubridade, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, VI do CPC.

A presente sentença é proferida, ainda que o cadastro no SAJ esteja diferente, pelo Juizado da Fazenda Pública, afeto a esta mesma unidade judicial (art. 600, I das NCGJ), vez que o Juizado da Fazenda Pública é o competente para o processo e julgamento da presente causa nos termos do art. 2º, caput da Lei nº 12.153/2009, competência esta absoluta como dispõe o § 4º do mesmo dispositivo legal. Se o presente feito não estiver atribuído, no SAJ, ao JEFAZ, providencie a serventia a necessária redistribuição.

Sem verbas sucumbenciais (art. 27 da Lei nº 12.153/09 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P.I.

São Carlos, 19 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**